

Itamar pode criar bônus no valor do dólar

359
César Fonseca

Enquanto vive os momentos tumultuados da crise política que poderá levá-lo a assumir o Governo, caso o impeachment seja aprovado na Câmara, esta semana, o vice-presidente Itamar Franco estuda uma proposta de dolarização da dívida pública interna, preparada pelos economistas Fábio Giambiagi, da UFRJ e do BNDES, e Álvaro Antônio Zini Jr., da USP.

O estudo da proposta foi sugerido pelo economista André Lara Resende ao deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), que o levou a uma reunião com a bancada de Minas Gerais, na última quarta-feira. Os dois economistas basearam sua sugestão em proposta anterior, no mesmo sentido, formulada pelo próprio André Lara Resende, um dos candidatos a um cargo no provável governo Itamar. Israel Pinheiro, principal interlocutor do governador Hélio Garcia junto à bancada mineira e ao Congresso, está sendo um dos parlamentares de Minas a muniçiar o vice-presidente de todos os tipos de propostas para tentar se formar uma estratégia econômica para um novo governo.

Substancialmente, a proposta visa transferir quatro bilhões de dólares das reservas cambiais, atualmente estimadas em pouco mais de 20 bilhões de dólares, para compra de títulos do Tesouro norte-americano, a fim de ser-

vir de lastro à negociação, por um prazo de 20 a 30 anos, de cerca de 48 bilhões de dólares correspondente à dívida pública interna em poder do público a uma taxa de juros de oito por cento ao ano sobre a correção do dólar.

Os detentores dos títulos públicos teriam a opção dada pelo Governo de trocar os seus papéis por um novo papel, que os economistas proponentes da idéia chamam de Bônus Brasil (BB), que poderia ser negociado no mercado secundário.

O cálculo dos economistas é o de que o impacto sobre a oferta monetária, no País, decorrente dessa renegociação de cerca de oito bilhões de dólares do total da dívida pública interna poderá ser plenamente absorvível pela economia, sem perigo de hiperinflação. Estima o estudo de 42 páginas assinado pelos dois economistas, intitulado "Renegociação da Dívida Interna: Uma Proposta", que o Governo, depois dessa renegociação, terá condições satisfatórias de conviver com o crescimento de três por cento do PIB, em sintonia com uma inflação internacional de 3 por cento ao ano e uma inflação interna de cinco a dez por cento.

Ajuste — Os economistas, carioca e paulista, que estão trabalhando para o vice-presidente, depois de receber declarações positivas do ministro Delfim Netto (que já escreveu dois artigos

elogiosos ao estudo deles), não acreditam que o ajuste fiscal seja suficiente para colocar a economia no rumo certo, porque o endividamento público ganhou uma autonomia própria, passando a comandar as ações do Governo.

O excessivo endividamento interno, na marcha em que está, caminhando para alcançar um total de cem bilhões de dólares, introduz grandes incertezas na economia e levam, constantemente, os detentores dos papéis do Governo a monetizá-los, obrigando o Governo, automaticamente, a se submeter à sanção autoritária do mercado de exigir elevadas taxas de juros para bancar uma administração que consideram falida.

O risco do Governo, disse Fábio Giambiagi ao **CORREIO BRAZILIENSE**, tornou-se muito grande aos aplicadores, mas também para a saúde da economia, cujo cuidado requer, inevitavelmente, um alongamento do perfil da dívida pública interna, para reduzir o déficit.

Em seu estudo, os dois economistas fazem referência a proposta semelhante à sua, de autoria do economista André Lara Resende, que partilha da opinião segundo a qual o ajuste fiscal deve ser adotado paralelamente a uma reformulação do padrão monetário brasileiro e a uma política de rendas para permitir o crescimento da demanda efetiva da economia.

ARQUIVO



Resende poderá assumir um ministério no provável governo Itamar